

## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GER

Gabinete do Conselheiro Substituto Victor Meyer



Processo: 1058781 Natureza: Denúncia

**Denunciante:** William Charles Costa Moreira **Jurisdicionado:** Município de São José da Safira

Trata-se de denúncia, com pedido liminar de suspensão do certame, formulada por William Charles Costa Moreira, em face de possíveis irregularidades no Processo Licitatório 003/2019, Pregão Presencial 002/2019, promovido pela Prefeitura Municipal de São José da Safira, cujo objeto é a aquisição de pneus e derivados para atender a frota do município.

Em síntese, o denunciante alega que, em que pesem diversas solicitações à prefeitura, não foi dada publicidade ao edital de licitação do pregão em análise (ofensa ao princípio da publicidade e aos ditames da Lei de Acesso à Informação), cuja sessão estaria marcada para dia 06/02/2019.

Protocolizada na presente data, a denúncia me foi encaminhada, com urgência, para fins de análise do pedido de suspensão cautelar.

Ocorre que, antes de me manifestar sobre o referido pedido, entendo ser necessária a oitiva prévia dos responsáveis para que apresentem esclarecimentos sobre os fatos denunciados, bem como submetam a documentação relativa ao processo licitatório.

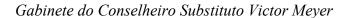
Desse modo, como medida de instrução processual, encaminho os autos à **Secretaria da Segunda Câmara** a fim de que intime, com urgência, por *e-mail* e *fac-símile*, o atual prefeito de São José da Safira, bem como o pregoeiro do município, para que, **no prazo de 48 (quarenta e oito) horas**, apresentem esclarecimentos acerca dos fatos denunciados, submetendo toda a documentação relativa as fases interna e externa do certame, inclusive cópia do instrumento convocatório.

Com a intimação, cópia da petição inicial da denúncia (fls. 01/13) deverá ser transmitida aos responsáveis.

Por oportuno, os responsáveis deverão ser advertidos de que o não cumprimento da diligência ora determinada, no prazo fixado, ensejará a aplicação de multa no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais), nos termos do art. 85, III, da Lei Orgânica do Tribunal.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GER





Além disso, recomenda-se aos responsáveis que se abstenham de contratar com o licitante vencedor da licitação, caso os fatos narrados na inicial se confirmem na prática, uma vez que a falta de publicidade do edital pode acarretar a suspensão do processo licitatório ou, até mesmo, a sua nulidade.

Após a juntada da documentação ou transcorrido o prazo *in albis*, retornem-me os autos conclusos com a devida urgência.

Belo Horizonte, 04 de fevereiro de 2019.

Victor Meyer Relator